BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Março-Abril de 2001 - ISSN 2175-9103 05

Boletim Número 05
Data: Março-Abril/2001

EDITORIAL

O quinto número do periódico do Programa de Estudos de América Latina e Caribe da Universidade do Estado do Rio de Janeiro chega ao público no primeiro semestre letivo de 2001. Portanto, essa edição traz uma novidade: a participação de novos estagiários bolsistas em nossa equipe. Assim, através desse espaço, damos as boas vindas a Aline Silveira de Assis, Cristian Maximiano da Silva, Douglas Ribeiro Barboza e Bianca Messias Patacho, que, já embuídos por um sentimento de latinidade, colaboram de diferentes formas com o Programa, juntamente com nossos parceiros mais antigos: André Felipe Carvalho Silva, Maria da Graça Garcia e Souza, Fernanda Ribeiro Rohen, Mariana Setúbal, Adjovanes Thadeu S. de Almeida, Walter Aló, Janaína Bilate Martins, Andreia de Souza de Carvalho e Bruno Jorge de O. Pedreira.

Também nessa edição, estamos comemorando o nosso primeiro ano na coordenação do PROEALC, ou melhor, estamos festejando um ano de muito trabalho, cujos resultados visíveis através da produção que realizamos nesse período comprovam a necessidade da Universidade incorporar cada vez mais as questões acerca da América Latina e Caribe como elemento privilegiado para reflexão.

Não podemos ignorar que chegamos ao século XXI tendo diante de nós um dos maiores desafios de toda nossa história. As transformações econômicas, sociais e políticas regressivas das últimas décadas do século XX provocaram um processo de fragmentação e exploração social assustador. Simultaneamente, as universidades públicas passaram a receber duros ataques, tendo várias atividades de investigação sofrido cortes expressivos e os debates críticos passaram a ser desqualificados. Nesse contexto, somos desafiados a reatualizar a compreensão do tipo de sociedade latino-americana que emerge dessas experiências neoliberais, das desregulamentações, da exclusão dos direitos, do debilitamento das instâncias democráticas de nossas sociedades. Tal desafio exige a elaboração de propostas alternativas que não signifiquem um simples regresso às etapas históricas superadas na região; frente a essas questões, faz-se necessário resgatarmos a capacidade de elaboração teórica do pensamento social crítico latino-americano.

Dentre as matérias que compõem a presente edição, o leitor encontrará diferentes questões, como por exemplo: análises acerca da ALCA, reflexões sobre o movimento Zapatista, comentários sobre a participação do PROEALC no VIII EREH, e outras informações. Embora freqüentemente diferentes temáticas relacionadas à América Latina povoem nosso periódico, um traço tem caracterizado não apenas os números desse Boletim como também nossa proposta de trabalho: o comprometimento com as lutas dos povos oprimidos de nosso continente e a crença de que o combate a perversa estrutura de exploração capitalista existente hoje em nossa região também deve contar com a participação das Universidades.

Silene de Moraes Freire

Destaque

Compromisso Político

*Andreia de Souza de Carvalho e Bruno Jorge de O. Pedreira**

O Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), mais uma vez buscou reforçar seu compromisso político com as lutas populares e os movimentos sociais organizados, partindo do princípio que a teoria e prática revolucionárias devem caminhar unidas para a construção de uma sociedade justa. De 12 a 14

de abril a Coordenadora do Programa, Profª. Dra.Silene de Moraes Freire, participou como palestrante sobre o tema "Conjuntura Latino-americana em tempos Neoliberais" e professou o minicurso "Cultura Política e Democracia na América Latina", no VIII Encontro Regional dos Estudantes de História (EREH), realizado em Colatina/ES, cujo tema foi "Neoliberalismo na América Latina e o Papel dos movimentos Sociais". Representando o Programa e participando das atividades acadêmicas, participaram também do Evento os funcionários técnico-administrativos Andreia de Souza de Carvalho e Bruno Jorge de Oliveira Pedreira.

Para uma maior reflexão sobre a conjuntura neoliberal instaurada na última década na América Latina, a organização do Evento promoveu duas mesas redondas, nos dias 13 e 14, que tratavam de temas pertinentes ao enfrentamento do capitalismo em sua fase atual – o neoliberalismo. No Encontro foram ministrados também minicursos com temáticas variadas, oficinas culturais e atividades da Federação do Movimento Estudantil de História (FEMEH).

Nas discussões do dia 13, especificamente sobre a conjuntura neoliberal, participaram os seguintes professores: Silene de Moraes Freire (UERJ), Antônio Carlos Amada Gil (UFES) e José Zenóbio Fardine (UnB). Esses palestrantes identificaram as características principais dos governos neoliberais nos países latino americanos, a saber: a idéia de desregulamentação dos mercados e dos direitos trabalhistas, a redução do papel do Estado com o desmonte de seus aparelhos de seguridade social e privatização dos órgãos públicos, o ataque sistemático aos sindicatos e movimentos sociais no sentido de desmobilização e despolitização dos mesmos e, principalmente, a limitação da democracia para que o Estado não se torne um mecanismo de distribuição de renda e consequentemente um obstáculo à acumulação do capital. Nas palavras da Profª. Silene, a tão discutida globalização sempre existiu, pois, os mercados já estavam interligados, pelo menos, desde os tempos da expansão colonial que levou os europeus ao subcontinente indiano e ao "novo mundo". Para ela, o que vivenciamos atualmente é o "globaritarismo", ou seja, a hegemonia da ideologia neoliberal que busca calar as vozes discordantes e apagar da memória social os resultados desastrosos da política econômica ditada pelo Banco Mundial. Em relação aos países capitalistas dependentes, trata-se de uma tentativa de recolonização, levada a efeito principalmente através de mecanismos como a implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em detrimento do fortalecimento do Mercosul.

No dia 14, a partir das discussões sobre a conjuntura neoliberal, foi a vez de integrantes de movimentos sociais organizados participarem da mesa redonda que buscou abordar o papel dos movimentos sociais no enfrentamento do capitalismo e da exploração na América Latina.

Iniciou-se as palestras após a apresentação de vídeo amador feito por presos políticos da ditadura militar brasileira, em sua luta pela conquista da anistia. A partir do incentivo desse vídeo, Perly Cipriano, ex-participante do movimento estudantil e um dos presos políticos retratados no vídeo, começou sua palestra com uma análise comparativa da atuação deste movimento durante a ditadura e na atualidade, analisou os novos caminhos da organização estudantil, a atual despolitização dos estudantes, as formas de mobilização que podem ser implementadas na atualidade e a importância de sua articulação com os demais movimentos sociais organizados.

O representante do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tratou da repressão violenta por parte do governo federal e dos latifundiários ao Movimento, com repetidos massacres no campo. O governo federal, além do uso da força bruta, da conivência com os assassinatos encomendados por latifundiários e da campanha de difamação na imprensa, ataca o MST também através da proibição da desapropriação de terras já ocupadas para assentamento dos camponeses, a despeito da Constituição Federal garantir que latifúndios improdutivos devem ser desapropriados, sem indenização, para fins de reforma agrária. Ao invés disso, a política federal visa indenizar o latifundiário, premiando-o quando deveria puni-lo. Por outro lado, em relação aos camponeses sem terra, ao invés de assentá-los nas terras desapropriadas, o governo acena com a ridícula proposta de vender as terras através do "Banco do Povo". Isso consiste em uma total inversão de valores, que bem representa a quem serve este governo: aos latifundiários abastados, indenização; aos sem terra despossuídos, cobrança.

O representante dos Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Hermes (que é conhecido como mineiro no movimento), tratou dos movimentos dos excluídos urbanos, lembrando que palavras de ordem e manuais de esquerda não produzem nenhum tipo de mobilização desse contingente populacional, que encontra-se despossuído de todos os direitos básicos, para o enfrentamento do capital. Dessa forma, o MTST objetiva mobilizar os trabalhadores através da questão da habitação, ao mesmo tempo que discute e aprofunda questões de ordem política. Defendeu a existência de dois países dentro do Brasil, que teriam sido

mostrados à sociedade numa manifestação realizada algum tempo atrás, quando trabalhadores do MTST comeram pão com mortadela na praça de alimentação de um grande shopping do Rio de Janeiro, obtendo um grande efeito na imprensa. Segundo o militante, há a necessidade de um grande crescimento nas mobilizações populares urbanas, tendo em vista que, apesar de possuirem a grande maioria da população do país, as cidades não têm conseguido, nem de perto, igualar em número e impacto as manifestações realizadas pelo MST no campo.

A partir das reflexões expostas nas duas mesas redondas organizadas pelo Encontro, algumas considerações obtiveram consenso entre os participantes do evento. Primeiramente, que nos encontramos em uma fase refinada do capitalismo, caracterizada pela hegemonia do neoliberalismo, mas que economicamente possui contradições visíveis, principalmente em países dependentes como os latino-americanos. Pode-se concluir que, nesta conjuntura, os movimentos sociais devem ter uma postura ativa de contra-hegemonia, atacando essas contradições e ampliando seus quadros através da mobilização da população por suas necessidades mais imediatas. Por último, questionou-se o papel da História e sua preocupação atual com relação a realização de pesquisas voltadas para a micro-história, em detrimento de pesquisas que busquem a análise dos processos de construção desta nova fase do Capitalismo e as formas para seu enfrentamento.

* Andreia de Souza de Carvalho (mestranda em História/UERJ) e Bruno Jorge de O. Pedreira (graduando em História/UERJ), ambos servidores do PROEALC.

Em Foco I

Especial ALCA

Jubileo Sur/Américas:
Basta ya de Golpes de Mercado - No al ALCA

Reunidos en Buenos Aires, a 25 años del golpe militar en Argentina que formó parte de la imposición sistemática de sangrientas dictaduras en casi toda la región, nos encontramos los y las representantes de movimientos sociales, organizaciones, redes y coaliciones de América Latina y el Caribe que luchan por superar la dominación ejercida por los gobiernos de las grandes potencias económicas y los organismos internacionales imponiendo una Deuda Externa injusta e ilegítima. En estas circunstancias denunciamos el nuevo golpe que pretenden imponer los mandatarios del Continente, impulsados desde los EE.UU., contra las ansias libertarias y soberanas de las grandes mayorías de las Américas: la suscripción de un acuerdo para la creación del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

(...) Jubileo Sur/Américas se une al llamado de alerta y movilización para rechazar la creación del Área de Libre Comercio de las Américas. Rechazamos este acuerdo en su conjunto. No nos limitamos a pedir inclusión en la negociación de un esquema perverso. El paradigma que envuelve el ALCA representa, en esencia, un eslabón fundamental en la marcha hacia la dominación mundial y social, desatada por el gran capital. El carácter lesivo del ALCA con respecto a los pueblos latinoamericanos explica el secreto de que se han rodeado las negociaciones para su suscripción. La proposición de incluir una cláusula democrática dentro de este acuerdo no nos pondrá a resguardo de su carácter antidemocrático, ni del intervencionismo (abierto y encubierto) de los EE.UU. en el desarrollo político de nuestros pueblos. El ALCA tiene implicancias para el mundo entero ya que pretende ser una antesala a la reglamentación a favor del gran capital implementada por la Organización Mundial del Comercio, el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial y el Banco Inter-Americano de Desarrollo. A espaldas de los pueblos, los gobiernos convienen legislaciones específicas de subordinación a los intereses de los países más poderosos y la banca internacional, pretendiendo elevar a la categoría de dogma incuestionable el pago de la llamada Deuda Externa y la implementación del llamado libre comercio neoliberal, incluyendo normativas de privatización y liberalización a ultranza. Todo ello por encima de los derechos humanos y soberanos de las personas y los pueblos de contar con justicia, equidad, comunidad y un desarrollo ambientalmente sostenible.

Más allá de la pretendida liberalización del comercio, el ALCA llama a los gobiernos a auto-imponerse modelos, normas y leyes profundamente lesivas a nuestras economías, sociedad y medio ambiente. El ALCA

en este sentido se vuelve un instrumento más de subordinación, represión, endeudamiento y exclusión. Reitera y profundiza por medio del Terrorismo financiero y comercial, las políticas de Terrorismo estatal aplicadas por las dictaduras en nuestro continente cuyas consecuencias fueron la muerte, el endeudamiento y mayor sometimiento de nuestros pueblos. Por este motivo, exigimos a los gobiernos desistir de participar en un proceso fraudulento y nocivo para nuestros derechos e intereses. Denunciamos la denominada Deuda Externa por ser tan ilegítima como el modelo neoliberal que hoy es repudiado y resistido por sectores cada vez mayores de la población mundial.

Jubileo Sur/Américas apoya los esfuerzos hemisféricos abocados a plantear otros modelos de integración respetuosos de soberanías y derechos humanos. Apoyamos la realización de plebiscitos y referéndums sobre el ALCA, precedidos de amplio y democrático debate en cada país de América, pues compete al voto directo de los pueblos y no a los gobiernos, tecnócratas, grandes empresarios o sólo a los parlamentarios, decidir sobre nuestra estrategia de desarrollo e integración. Reclamamos el derecho de definir nuestra propia estrategia de desarrollo y en defensa de ese derecho que se nos pretende arrebatar, Jubileo Sur/Américas se hace presente en Buenos Aires, de la misma manera que se hará presente en las calles de Quebec, de Génova, de Washington y de cada uno de nuestros países, para que el testimonio y la protesta latinoamericana forme parte integral del movimiento antiglobalización dispuesto a enfrentar la pretensión profundamente antidemocrática del gobierno de los Estados Unidos de imponer sus reglas del juego sobre el mundo en general y nuestro continente en particular. Por ello manifestamos nuestra solidaridad con el pueblo de Colombia, nuestro más decidido rechazo al Plan Colombia y todo intervencionismo en nuestros países, al Plan ALCA y al Plan Mundo impulsado por Washington. Estamos hombro a hombro con el movimiento Zapatista en México y hacemos nuestras las reivindicaciones de los pueblos indígenas y la los demás movimientos que a lo largo de nuestra América, exigen justicia para las personas y los pueblos oprimidos.

Porque defendemos el derecho de todos a la libertad y una vida digna, decimos No al ALCA! No a la globalización neoliberal! No a la militarización de las economías! Basta ya de imponer a los pueblos las prioridades perversas del capital financiero. No al terrorismo comercial y financiero! No a la deuda, sí a la vida!

Buenos Aires, 4 de abril de 2001.

Espaço Aberto

Todos somos Marcos

Aline Silveira de Assis, Douglas Ribeiro Barboza e Maria das Graças Garcia e Souza*

O Exército Zapatista de Libertação Nacional é um movimento social da América Latina que vem resistindo aos princípios da política neoliberal, ao mesmo tempo que traça o esboço de uma nova civilização. Surgiu no sudeste do México, e sua peculiaridade está no fato de ser uma luta em defesa dos povos indígenas, sendo integrada tanto por herdeiros de uma luta de resistência que dura mais de 500 anos, quanto pelos que vêm dos movimentos mais recentes do pensamento revolucionário e da teologia da libertação, os movimentos que herdam o pensamento democrático de outros, como o movimento estudantil de 1968 e o dos trabalhadores e camponeses dos anos 70.

Atualmente existem dois Méxicos. Um é o oficial, cuja imagem de democracia, paz e tranqüilidade o governo e sua máquina de propaganda tentam mostrar ao mundo. O outro, o dos zapatistas, é o estrategicamente mantido à sombra dos acontecimentos.

Este outro México, em conflito, pobre e cruel, foi conhecido pelo mundo no ano de 1994. No dia 1º de janeiro, um grupo de guerrilheiros “mascarados” tomou a cidade de San Cristóban de Las Casas, antiga capital de Chiapas. Não só o México, mas o mundo todo se perguntava: quem seriam aqueles “mascarados”? A resposta foi dada pelos próprios “rebeldes”: tratava-se de um exército de indígenas, liderado por um certo subcomandante Marcos, que se auto-denominava Zapatista de Libertação Nacional, em homenagem ao líder da Revolução Mexicana de 1910, Emiliano Zapata.

Os zapatistas trouxeram com eles uma declaração de guerra impressa contra o governo mexicano e pela libertação do povo de Chiapas e do México. A data escolhida para o ataque coincidia com o advento do NAFTA (Tratado de Livre Comércio entre México, Canadá e E.U.A.) que, segundo o presidente, levaria o país ao primeiro mundo. Pode-se dizer que inicia-se, assim, a primeira reação antineoliberal do mundo.

As questões levantadas pelos zapatistas, NAFTA, pobreza, direito à terra, contra a exploração dos povos indígenas e camponeses, preservação ambiental, direitos das mulheres, fim da violência, paz, democracia e justiça, tendiam a tornar-se, cada vez mais, matérias de discussão. Assuntos como a democratização do sistema político mexicano, o que inicialmente era visto como fantasia, tornaram-se tão centrais ao discurso público que chegaram ao ponto de dominar a política mexicana para desespero dos que estavam no poder.

Dentro desse contexto, os zapatistas foram condenados por alguns e admirados por muitos, repudiados pelos que detêm o poder e tratados com seriedade pelos que estudavam seus comunicados. As insensatas acusações de terrorismo, fruto da propaganda estatal e da mídia oficial, foram negadas e destruídas diante da sociedade. Acenderam-se paixões que levaram pessoas a abraçarem a causa do movimento. Esse explosivo movimento de solidariedade certamente ajudou os zapatistas a romperem com a tentativa do governo de isolá-los, conseguindo levar a outros espaços suas idéias e seu programa, rumo a uma revolução econômica, política e social.

Um aspecto-chave da luta do governo contra os zapatistas tem sido a tática de isolá-los, para que possam ser destruídos ou forçados a cooperar. Entretanto, o movimento vem lutando para manter e elaborar suas alianças políticas em todo o mundo. A ênfase da ofensa zapatista mudou das armas para as palavras, lutando para manter e divulgar suas idéias pelo mundo. Tem sido uma revolução de palavras, imagens e organização, na qual o Zapatismo tem tido grande repercussão em sua luta.
Por mais que o próprio EZLN insista em afirmar sua condição militar, até hoje só promoveu uma ação armada, a do levante de 1994 e, com exceção daqueles 12 dias de combate com o exército mexicano e de alguns conflitos com os paramilitares, nunca mais precisou usar armas. Além disso, suas reivindicações - democracia, justiça e liberdade - não são nada radicais, o que explica parte da popularidade conquistada.

A concepção política de sociedade civil e do papel que esta tem no movimento social, segundo o subcomandante, é bastante original. Para ele, a sociedade civil, enquanto sujeito histórico, deve exigir mudanças. Diferentemente de outros movimentos revolucionários, não se trata de “tomar o poder” e fazer o uso da força, e sim a abolição das relações de poder e o uso pleno da democracia, no qual o poder da sociedade não deve se impor, mas se construir. Dessa forma, o EZLN traz um projeto democrático que se opõe a todo ato terrorista e a qualquer vínculo com o narcotráfico e que, longe de lutar pela tomada de poder, propõe uma transformação das relações jurídicas e sociais, buscando uma democracia participativa e representativa não excludente, que se dê no seio da própria sociedade civil e dos povos indígenas.

O Zapatismo tem sido o único movimento armado que não tem como referência o Estado e sim a sociedade. Ele conta com seu povo, os excluídos, a sociedade civil. Além disso, o Zapatismo pode ser considerado um movimento pós-moderno, entendendo-se pós-moderno como um movimento histórico que ocorre e aproveita as experiências históricas dos projetos anteriores social-democratas, nacionalistas-revolucionários e comunistas, para não cometer os erros que aqueles cometeram.

O movimento segue resistindo, organizando marchas e protestando por meio dos comunicados do subcomandante Marcos. Um exemplo atual foi a “Marcha pela dignidade” que terminou no dia onze de março, na cidade do México, mobilizando os povos indígenas e a sociedade civil daquele país. Um grupo de personalidades, como o Nobel de Literatura José Saramago, os sociólogos franceses Alain Touraine e Ivon Le Bot e o camponês francês José Bové, foi prestar solidariedade aos zapatistas. Além de protestar contra o compromisso do governo Vicente Fox com a continuidade da política neoliberal, exigir a retirada dos militares de seus territórios e a libertação de presos zapatistas, o principal objetivo da marcha foi pressionar o Congresso Nacional para que aprove a Lei de Direitos e Cultura dos povos indígenas. Essa lei foi elaborada pela Comisión de Concordia y Pacificación (COCOPA) em 29 de novembro de 1996, sendo uma forma de reconhecer esse povo como parte do país, respeitando sua cultura.

Se para os marchantes o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos coletivos com plenos direitos - o qual implica refletir o passado e assumir as responsabilidades da dívida histórica com eles - é uma condição básica para uma paz real e duradoura, para o governo e as elites não se trata senão de estabelecer alguns

programas assistencialistas para corrigirem as situações extremas que padece a população. Neste sentido, a falta de propostas para a defesa da causa indígena tem deslocado este tema para o âmbito da mídia, ou seja, os meios de comunicação transmitem eventos cujo o tema central é a paz social, o que serve para obscurecer o perfil da cobertura informativa da marcha zapatista. Segundo o subcomandante Marcos, do povo mexicano, o indígena é o mais esquecido, o que significa uma dívida pendente do México: "Não queremos a independência do México, queremos ser parte do México, ser indígenas mexicanos(...), queremos ser cidadãos sem deixar de ser indígenas".

O "cérebro" do EZLN conquistou a simpatia nacional e internacional com sua fina ironia. Sua habilidade de estender seu alcance político através das modernas redes de computadores, teceu um novo sistema de luta, para levar sua revolução para todo o México e ao redor do mundo. Através das palavras, sua arma mais potente, ele dispara contra o Governo Federal. Utiliza-se da Internet para se fazer ouvir em todo o mundo e justamente aí está a grande diferença da guerrilha mexicana. Ele é o guerrilheiro da contra-informação. O escritor Carlos Fuentes definiu o subcomandante como "o mais inspirado escritor contemporâneo da América Latina". Suas idéias inspirando outros fora do México, pôs em movimento uma nova onda de esperança e energia entre aqueles que estão engajados na luta pela liberdade. A ofensiva mudou das armas para as palavras, do "chão" para o "mundo das idéias".

O discurso e a causa do líder zapatista fizeram dele um mito, uma espécie de Che Guevara dos anos 90. No mundo, o grito "todos somos Marcos" encontrou ressonância, lembrando que todos podem lutar por uma vida melhor.

* Estudantes do curso de graduação da Faculdade de Serviço Social da UERJ, bolsistas do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

Livros lançamentos

* Mercosul - Avanços e Desafios da Integração, de Ricardo Baumann, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Agenda Acadêmica

• De 17 a 27 de maio ocorrerá no Rio Centro/RJ, a X Bienal Internacional do Livro. Para melhores informações ligue para (21) 5374338 ou acesse a página www.bienaldolivro.com.br.

• De 23 a 25 de maio ocorrerá na UERJ, o Seminário Internacional "Políticas de Privatização da Educação na América Latina", organizado pelo Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ) e pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Para maiores informações ligue para (21) 587-7963 ou acesse a página www2.uerj.br/lpp

Expediente

Reitor
Profª Nilcéia Freire
Vice-reitor
Profº Celso Pereira de Sá
Sub-reitor de Graduação
Profº Dr. Isac José Vasconcellos
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Dra. Maria Andréa Loyola
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profº Dr. André Lázaro
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profº Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Janaina Bilate Martins (PPGSS/FSS/UERJ), Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ), André Felipe Carvalho Silva (PPGSS/FSS/UERJ) e Andreia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ).
Colaboradores
Prof. Ms. Adjovanes Thadeu Silva de Almeida (LPP/UERJ), Mariana Setúbal (PROEALC/CCS/UERJ), Marcelo Augusto do Nascimento Muniz (PROEALC/FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Janaína Bilate Martins (PPGFSS/UERJ), André Felipe Carvalho Silva (PROEALC/FSS/UERJ), Célia Maria Seabra (CCS/UERJ)
Revisão
Janaina Bilate Martins (PPGFSS/UERJ)
Raquel Ortega (PROEALC/IL/UERJ)